

## Parte I – Fabricando Filhos

# Capítulo 2 – “Essezinho é de criação”: circulação de crianças no Tapajós

Chantal Medaets

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEDAETS, C. “Essezinho é de criação”: circulação de crianças no Tapajós. In: *“Tu garante?”: aprendizagem às margens do Tapajós* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, pp. 83-106. Entremeios series. ISBN: 978-65-5725-026-6.

<https://doi.org/10.7476/9786557250402.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## CAPÍTULO 2 – “ESSEZINHO É DE CRIAÇÃO”: CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NO TAPAJÓS

*Mamãe, esse menino eu vou dar pra senhora. Ele vai ficar aqui no meu lugar para servir vocês, pra ajudar aqui em tudo. A senhora e o papai sempre trabalharam pra dar tudo pra nós, agora eu dou ele pra senhora. Ele vai ficar no meu lugar.*

(Dona Neusa, 65 anos, relatando o que lhe dissera sua filha, Neideci)

Quando Neideci deu à luz Pedro, ela tinha 15 anos e vivia com seus pais, dona Neusa e seu Calistro. Aos 19 anos, Neideci mudou-se para Aveiro, deixando Pedro, então com 4 anos de idade, com os avós. Dona Neusa e seu Calistro não tinham outras crianças em casa naquele momento e receberam Pedro como um presente. Por razões semelhantes às que motivaram Neideci ou por outras que descreverei ao longo deste capítulo, muitas crianças no Tapajós são “dadas” e crescem, ou passam algum tempo, sob os cuidados de adultos que não são seus genitores.

No Brasil, a circulação de crianças,<sup>1</sup> ou seja, o fenômeno observado em grupos em que “um grande número de crianças passa parte da infância ou da juventude em casas que não são as de seus genitores” (Fonseca, 1995, p. 14), foi estudada de perto por Cláudia Fonseca (1985, 1995, 2002) numa favela da cidade de Porto Alegre, por Cynthia Sartri (1992) nos subúrbios de São Paulo, por Emília Godoi (2009) entre sertanejos do interior do Piauí e por Maria Angélica Motta-Maués (2004; Motta-Maués; Igreja; Dantas, 2009) na cidade de Belém, não somente nas camadas populares, mas também nas classes médias e superiores da população desta cidade. A prática, tal como pude observá-la no Tapajós, tem muito em comum com o que descreveram essas

---

<sup>1</sup> A expressão se tornou convencional em antropologia, sobretudo a partir de *Circulation des enfants en société traditionnelle: prêt, don, échange*, de Suzanne Lallemant (1993), onde a autora analisa o fenômeno de maneira comparativa.

autoras, mas guarda particularidades que serão apresentadas ao longo do texto.

Analisarei essa prática por um ângulo que tem sido menos abordado na literatura sobre o tema, tanto no Brasil como em outros países: as aprendizagens que essa situações promove.<sup>2</sup> Começarei o capítulo apresentando os termos e expressões vernaculares utilizadas para falar de cessões temporárias e definitivas no Tapajós. Em seguida, situações de uma dezena de crianças que foram “dadas” serão descritas em detalhe, mostrando o que motivou tais transações, as circunstâncias em que elas ocorreram, o que se sabe de como as crianças as viveram, e também, por fim, as mudanças que se pode observar nessa prática com o passar do tempo (dos anos 1960 até hoje). O objetivo é que o leitor possa ter uma ideia da diversidade de situações concretas dessas histórias familiares que, como ressalta Godoi (2009), inscrevem-se numa rede de relações de reciprocidade tecida pelos moradores dessas comunidades – rede que implica parentes e compadres, mas também famílias que “têm mais condições” ou que moram nas cidades.

## AS DIFERENTES FORMAS DE “DAR” UMA CRIANÇA

No Tapajós, o verbo “dar” é utilizado para se referir tanto a cessões definitivas de crianças quanto a transferências temporárias: “Mamãe me deu aqui pra dona Áurea”, diz Vanessa (11 anos), temporariamente deixada na casa de dona Áurea e seu marido. “O Pirulito nós demos pra minha mãe”, me explica o pai que entregou definitivamente os cuidados de um dos seus filhos, na época com 1 ano e meio de idade, à sua mãe (avó do menino),

---

<sup>2</sup> Para uma revisão da literatura internacional sobre o tema, ver Montgomery (2009, p. 107-118). O trabalho de Michelet (2013, 2018) na Mongólia, embora não trate da “circulação” de crianças nesses termos, mas da separação temporária das crianças de seus pais durante o período letivo, traz uma descrição muito interessante de como as crianças “aprendem a se separar”, através de brincadeiras e provocações dos avós ou tios que as acolhem.

etc. Para marcar o caráter definitivo do dom, se dirá que “ela me deu mesmo” ou “deu como filho mesmo”. Quem a acolheu, refere-se à criança, nesse caso, como “filho de criação”. Assim, no Tapajós, essa expressão não se opõe àquela de “filho adotivo” (pouco utilizada aqui), como observou Godoi (2009, p. 292-293) no Piauí, onde a primeira remeteria a uma situação temporária e a segunda, a uma cessão definitiva da criança. No Tapajós, o “filho de criação” é, ao contrário, aquele que integrou definitivamente o novo lar. Se dirá também “esse eu crio de filho mesmo”, “esse eu peguei pra criar”, “esse ficou meu mesmo”. As crianças dadas de maneira definitiva passam a chamar de pai e de mãe aqueles que as acolhem e tornam-se herdeiras potenciais dos pais de criação. Não deixam, no entanto, de chamar de mãe e pai seus genitores, havendo assim, como também observou Fonseca em Porto Alegre, um acúmulo de vínculos parentais.

Referindo-se a uma criança que esteja temporariamente sob sua responsabilidade, se dirá que a criança “tá aqui comigo agora”, “eu estou cuidando/criando/reparando”, ou se relatará mais longamente o tipo de acordo travado entre os genitores e quem acolhe a criança. Qualquer que seja esse acordo, a criança tem conhecimento dele. Não há nenhum segredo em relação ao assunto, nem mesmo qualquer tentativa de evitá-lo diante da criança. Fala-se facilmente, a quem quer que se interesse, na presença da criança ou não, “esse aqui é de criação”, “essazinha aqui é de fulana. Ela me deu”, “esse aqui eu tô criando, o pai deixou comigo”. As crianças também evocam a situação sem mostrar constrangimento, como fez Vanessa falando de sua situação com dona Áurea, e em nenhum caso observei um corte das relações com a família de origem.

Para dar uma ideia da frequência dessas situações, das 121 crianças que moravam em Pinhel<sup>3</sup> durante meu trabalho de campo, 24 haviam sido confiadas (20%), e, em 18 das 65 casas, alguém da família já havia recebido ou cedido alguma criança

---

<sup>3</sup> Como relato na introdução, todos os recenseamentos que apresento foram realizados nessa comunidade.

(28 % das casas). Como há inúmeros laços de parentesco entre os habitantes, na verdade praticamente todas as crianças têm um irmão ou um primo que já foi “dado”. Corroborando o que mostram Fonseca, Godoi e Motta-Maués, a quase totalidade das crianças no Tapajós são confiadas a parentes: 17 tinham sido confiadas aos avós, 5 enviadas a uma tia, 1 à sua bisavó, e 1 menina apenas, Vanessa, tinha sido entregue a uma família com a qual não tinha vínculo de parentesco.

Das 24 crianças cedidas, 10 o haviam sido de maneira definitiva (9 aos avós e 1 a uma tia) e 14 de maneira temporária (6 aos avós, 6 a uma tia, 1 a uma bisavó e 1 a um casal com melhores condições materiais que os pais). Mas um arranjo definido inicialmente como temporário pode também evoluir para uma adoção definitiva. Não observei, entretanto, o inverso, ou seja, pais que afirmassem, como fez Neideci, que estavam “dando” a criança de maneira definitiva, “pra ficar como filho” daqueles que a acolhiam, e que mais tarde viessem pedir a restituição da criança. Aqui se observa uma diferença em relação às situações descritas por Fonseca (1995, p. 35-38), pois a autora menciona frequentes conflitos entre a mãe genitora e a mãe de criação, nos quais ambas as mulheres disputam, às vezes violentamente, a presença e o reconhecimento dos filhos já adultos. No Tapajós, não observei conflitos desse tipo. Motta-Maués, Igreja e Dantas (2009), em Belém, tampouco os descrevem. Para compreender essa diferença, parece-me importante considerar o papel de ajudantes desempenhado no Tapajós pelas crianças (capítulo 1). Enquanto na favela de Porto Alegre estudada por Fonseca (1995, p. 37) “as mulheres que abrigam crianças acham que praticam um ato de caridade e que se sacrificam consideravelmente, esperando algum tipo de retribuição a longo prazo” sob a forma, por exemplo, de um apoio na velhice, no Tapajós, os benefícios imediatos em acolher uma criança são notáveis. O ganho não é somente ou principalmente no futuro, na velhice dos pais “de criação”, mas se concretiza durante a infância da criança que se acolhe, quando ela vai “servir” os pais de criação e “ajudá-los em tudo”, como disse Neideci.

Debrucemo-nos, agora, sobre as razões e as circunstâncias dessas transferências de crianças. Elas nos trarão mais informações sobre as modalidades dessa prática no Tapajós.

## RAZÕES PARA DAR OU PARA RECEBER UMA CRIANÇA

A análise do conjunto de casos recenseados em Pinhel, nos quais uma ou mais crianças foram temporária ou definitivamente cedidas, permitiu agrupá-los em seis tipos de situações com um certo número de elementos em comum. Esse agrupamento não deve, entretanto, encobrir a heterogeneidade dos casos. As descrições de alguns casos permitem evidenciar os diferentes elementos em jogo nessas histórias de família.

### A CRIANÇA “DEIXADA” COM OS AVÓS

Quando uma mulher que tem um ou mais filhos nascidos fora de um relacionamento estável (os chamados filhos “da solteirice”) se casa, ou deixa a comunidade para se instalar na cidade, é frequente que ela dê, de forma definitiva, ao menos um de seus filhos aos seus pais ou à sua mãe. Esse era o caso de 9 das 24 crianças cedidas que encontrei em Pinhel. A mãe da criança dada aos avós pode então dizer que está realizando esse gesto como um agradecimento aos seus próprios pais (avós maternos da criança), ou, mais especificamente, à sua mãe (avó materna da criança), como no caso de Neideci, citado no início do capítulo. Eventuais conflitos com o novo marido da mãe da criança são, por vezes, evocados. Outras vezes, a explicação é simplesmente o fato da mãe “ter agora a sua família” (da qual, subentende-se, a criança nascida anteriormente não faz parte).

Em todos os casos que observei, a avó ou os avós que receberam a criança mostraram-se efetivamente satisfeitos e honrados por esse gesto. Algumas vezes, na verdade, eles exigiram

da filha que partia que ela lhes deixasse um filho (como no caso de Jackson, descrito abaixo). Frequentemente, esses avós não tinham naquele momento crianças vivendo com eles (ou crianças daquele sexo) e ficavam então contentes por poder acolher em sua casa essa criança que não deixaria, cedo ou tarde, de ajudá-los nas mais diversas tarefas. A idade dessas crianças definitivamente cedidas a seus avós variou entre 3 e 11 anos.

### Pedro

Pedro, filho de Neideci, foi entregue aos avós aos 4 anos, nas condições descritas no início deste capítulo. Vale apenas acrescentar que Pedro tinha 18 anos quando comecei meu trabalho de campo em 2010 e que ele continuava vivendo com seus avós. Ele os chamava de pai e mãe, e continuava a chamar Neideci também de mãe. Neideci, que tinha se tornado professora primária em Aveiro, vinha visitá-los regularmente (em festas da comunidade ou durante suas férias). Ela casou-se aos 24 anos com um comerciante e teve três filhos, que Pedro chama de irmãos. Pedro não parece ter percebido negativamente o fato de ter ficado com seus avós: “Eu tenho minha mãe lá [Neideci, em Aveiro] e essa aqui [dona Neusa]. Acho que eu sou um homem de sorte! [risos].” Vale notar que Neideci não justifica o fato de ter deixado Pedro com os avós evocando uma necessidade sua (de não poder se ocupar da criança na cidade, por exemplo), mas insiste sobre a importância da presença do menino na casa dos avós: “Alguém tinha que ficar aqui com o papai e a mamãe.” Dona Neusa não esconde sua satisfação de ter podido se beneficiar da presença de Pedro: “Esse aqui foi nosso braço direito e o esquerdo. Até chegar essa outrazinha [Gleice, outra neta que lhes foi confiada anos mais tarde], era só ele aqui com a gente.”

## Kleber

Em novembro de 2010, Késia (23 anos) decidiu deixar a casa dos pais para viver com seu novo companheiro em um vilarejo vizinho (a aproximadamente 40 minutos de distância). Seu filho, Kleber, tinha 3 anos naquele momento. A separação entre Késia e Kleber aconteceu durante minha estada na comunidade, o que me permitiu acompanhar a evolução da situação através de visitas diárias à casa de dona Isolina, mãe de Késia, onde Kleber permaneceu. Descreverei, então, esse caso de forma mais detalhada.

No dia da partida de Késia, dona Isolina explicou-me, na frente de Kleber, que Késia “não quis que ele fosse, assim, pra morar com ela”. Kleber não parecia muito preocupado naquele dia. Brincava no pátio com um primo mais velho que morava ali perto e dona Isolina se perguntava se o menino tinha entendido o que estava acontecendo: Kleber não tinha chorado e “dava tchauzinho todo contente” vendo sua mãe ir embora. No dia seguinte, o clima já era outro. Dona Isolina me contou que Kleber acordou aos prantos, pedido para ver a mãe. A avó enviou então a criança com sua tia Marta (16 anos), que morava com eles, até a nova casa de Késia. Eles retornaram duas horas mais tarde e Kleber, segundo dona Isolina muito triste, teria dito à sua avó: “Vovó, ela não me quer mais. Ela me mandou embora. Eu voltei só com essa foto, olhaaando pra ela... Eu não vou mais voltar lá porque ela não me quer lá.” Segundo dona Isolina, na volta de Kleber, todos na casa tinham sido especialmente afetuosos com ele: “Aí nós aqui demos um negócio dum carinho pra ele, banhamos ele com água morna...” Durante minha visita, Kleber já tinha almoçado e parecia calmo, embora mais reservado do que na véspera. Estava jogando memória com sua tia na mesa da cozinha. Dona Isolina incitou-o a falar comigo (“fala com a mulher, meu filho”), mas o menino não quis. Ela me mostrou, então, a foto de Kleber (com 1 ano e meio de idade) e sua mãe, Késia, e me explicou (dirigindo-se a mim, mas na frente de Kleber) que Késia “tinha a família dela agora”, e que ele (Kleber) tinha, então, que ficar com ela (com dona Isolina). No dia seguinte (ou seja, dois dias



depois da partida de Késia), quando cheguei às 8 horas da manhã na casa de dona Isolina, Kleber e Marta já haviam saído. A jovem tia teve que levar Kleber mais uma vez à casa da mãe. Dona Isolina me explicou que o menino tinha acordado de novo chorando. Ela teria sido, então, menos conciliadora do que na véspera e me relatou o que teria dito a Kleber e a Marta:

Tu quer ir? Bora, Marta, puxa a roupa todinha dele de lá que nós vamos resolver agora o problema. Eu vou mandar ele lá. Eu não quero mais. Porque se é pra ele estar pra lá e pra cá e chorando por causa da mãe dele e me desprezando, que eu sou vó dele, mãe dele, que quero muito bem [a] ele, banho ele com água morna, coisa que ninguém não faz com ele..., então ele vai pra lá. Vai morar com o padrasto dele. Eu não sei se ele [o padrasto] vai cuidar bem dele, isso eu não sei... Então é assim, tu vai? Bora resolver logo, tu vai morar? Se tu vai, resolve que nós vamos te levar.

Diante do aviso severo, Kleber teria dito que não queria mais viver com sua mãe, mas acrescentou que queria, pelo menos, “só ir lá de repente, só uma vez”. Dona Isolina o enviou então com Marta. Às 10 horas da manhã, Kleber e Marta voltaram. Kleber estava de cara fechada. Marta nos explicou que Késia “mandou ele vir embora”. “Tá vendo”, disse então dona Isolina na frente de Kleber, “ela quer que ele more comigo, porque ela sabe que comigo, eu não vou maltratar dele. E ela tem a família dela agora.” Ela se dirigiu então a Kleber: “É, meu filho, não adianta tu ir, que tu não vai morar com tua mãe mesmo. Tu tem que me amar...” Kleber ficou sentado no sofá, sério.

Mesmo que dona Isolina apresentasse as coisas a Kleber como se a escolha fosse dele (“tu resolve”, “tu escolhe”, ou como ela disse em outra ocasião, “porque se tu quiser ir com tua mãe, tu tem plena vontade livre pra ir com ela”), vê-se que a criança, na realidade, não tinha a possibilidade de acompanhar sua mãe (contra a vontade dela), e também não podia expressar abertamente seu sofrimento. Seu choro foi interpretado como “desprezo” por dona

Isolina, comportamento que ela não contava tolerar: “Se é pra estar chorando, eu não quero mais.” Kleber não tinha outra escolha senão aceitar a situação, que ninguém tentava dissimular.

Nos dias seguintes, de acordo com dona Isolina, Kleber não havia mais chorado. Durante minhas visitas, o vi brincando como antes. Quatro dias após a partida de Késia, conversávamos na cozinha e dona Isolina incitou seu neto a se expressar: “Diz pra mulher, meu filho, tu vai morar com a tua mãe ou comigo?” “Com a senhora”, Kleber respondeu, falando lentamente e sorrindo. Dona Isolina e Marta sorriram igualmente. “É”, disse dona Isolina, “porque ele sabe que lá não tratam bem dele, aí ele quer estar perto de quem trata bem dele.” “E tu quer ir morar pra São Paulo com a mulher, meu filho?”, perguntou dona Isolina. Kleber riu. “Ele quer!”, disse Marta. Todos caíram na gargalhada.

### Jackson

Jackson tinha 4 anos quando sua mãe, Rosineide, então com 20 anos, decidiu deixar a comunidade para instalar-se em Santarém. Naquela época, em 1998, Rosineide vivia na casa de seus pais, dona Rosário e seu Jurandir. Em 2011, encontrei Rosineide (então com 33 anos e mãe de uma outra menina, de 6 anos) em Santarém, onde ela relatou o momento em que deixou Jackson com os avós (confirmando a história que dona Rosário já havia me contado):

Foi assim, porque o papai e mamãe não tinham mais filhos pequenos, todo mundo estava indo embora. Aí eles iam ficar sozinhos, só ele e a mamãe, né? Aí ele [o pai] disse: “Já que já foi todo mundo embora, ele [Jackson] vai ficar no teu lugar. Vai ficar no lugar da mãe.” Aí foi a maior confusão porque eu queria trazer ele [Jackson] e eles não deixaram. “Só se tu levar uma banda, e nós ficamos com a outra!”, ele disse, o papai! [risos].

Seu Jurandir faleceu quatro anos mais tarde, em 2002. Rosineide veio para o seu enterro na comunidade e, nesse momento, ela contou que Jackson a teria questionado sobre sua decisão de deixá-lo com seus avós: “Ele quis saber o porquê, né, de eu ter deixado ele aqui.” Rosineide me disse então ter respondido: “Não é culpa minha, meu filho. É culpa de seus avós. Se eles tivessem deixado, tu teria vindo comigo.” Durante meu trabalho de campo, quase sempre em companhia de seus avós, Jackson (então com 16 anos) esquivava-se do assunto quando eu tentava saber o que ele pensava a respeito. Dona Rosário, ao contrário, falava com muita facilidade: “É, foi assim. Ela deixou nós aqui, aí nós exigimos que ela deixasse o menino.”

#### CRIANÇAS ENVIADAS A UM IDOSO OU A UMA PESSOA VIVENDO SÓ

Com o objetivo de ajudar ou de “fazer companhia” àqueles que a acolhem, uma criança pode ser temporariamente enviada para morar com seus ascendentes idosos, ou com uma irmã sem filhos, ou com um parente doente, “até quando eles precisarem”. Essa situação apresentou-se em 5 dos 24 casos observados em Pinhel. Quatro dessas crianças permaneceram em Pinhel e um menino foi enviado à sua avó materna em uma comunidade vizinha. Todos viam regularmente seus pais, irmãos e irmãs. Os que permaneceram na comunidade frequentavam a casa dos pais cotidianamente.

Os casos analisados mais em detalhe abaixo mostram que enviar uma criança para cuidar ou ajudar os pais ou avós quando estes ficam sozinhos é uma obrigação moral e um dever filial na região, mas que esse dever pode ser respeitado com mais ou menos rapidez e zelo, em função da qualidade da relação em cada situação.

#### Everton

Everton, filho mais velho de Everaldo e Carmem Lúcia, foi enviado para morar com sua bisavó materna, dona Custódia, quando

ele tinha 10 anos: “Assim que ele soube passar um café, nós mandamos ele pra ela”, me explica Carmem Lúcia. Dona Custódia, avó materna de Carmem, foi também sua mãe de criação. A mãe biológica de Carmem Lúcia deixou seu marido e foi para Manaus quando seus filhos eram pequenos: “Ela abandonou tudo. Deixou nós tudinho.” Segundo Carmem, seu pai “ficou desacorçoado sem uma mulher em casa” e distribuiu então os filhos entre irmãs e a sogra, dona Custódia, que “pegou” Carmem ainda bebê. Contrariamente a outras narrativas de crianças cedidas (temporária ou definitivamente), ao longo das quais nunca ouvi a palavra “abandono”, essa partida da mãe de Carmem Lúcia foi assim interpretada. Se em outros casos a mãe (com ou sem a participação do pai) conduziu a situação, definindo o novo lar da criança e as condições da transferência, isso não aconteceu nesse caso. O fato da mãe não ter mais voltado, nem em visita, deve também ter contribuído para que a situação fosse percebida como um “abandono”. Quando a conheci, Carmem se dizia extremamente grata a dona Custódia: “Eu devo tudo a ela, Deus o livre. Se não fosse ela, eu não tava aqui hoje.” Enviar seu filho mais velho para ajudá-la o mais rápido possível parecia-lhe, então, indispensável.

### Miriane e Ricardo

Em 2009, aos 10 anos de idade, Miriane foi enviada para morar com seu avô materno, seu Márcio, que vivia sozinho na época. Um ano antes, ele havia se separado de sua terceira mulher. Os pais de Miriane, Marlene e Paulo, tinham nove filhos, com idades entre 7 e 19 anos (e todos moravam com os pais em 2009). Não foi então muito difícil para esse casal privar-se da ajuda que a menina poderia oferecer na lida da casa. Além disso, menos de 500 metros separavam a casa de seu Márcio daquela de seu genro e de sua filha, logo Miriane e seus pais continuariam a ver-se frequentemente. No entanto, seu Márcio viveu um ano sozinho, após sua separação, antes que Marlene lhe enviasse Miriane, e não sem hesitação: “A gente sabe que o papai não é fácil...”, me explicou Marlene. Ela evitava

criticar explicitamente o pai, mas era evidente que a relação dos dois não era simples. Os fatores eram múltiplos: seu Márcio sempre havia bebido muito, e dizia-se que tinha sido violento com os filhos e com suas ex-mulheres (e os filhos delas). Além disso, três meses depois da morte da mãe de Marlene, seu Márcio mudou-se com outra mulher para uma comunidade distante e deu uma filha para cada irmã. Depois disso, pouco as visitou ou mandou notícias: “Pai mesmo... Bom, ele fez, né? [risos]”, resume Marlene.

Miriane passou finalmente apenas alguns meses na casa de seu avô. As razões que levaram Marlene e Paulo a tirarem a filha dali, em meados de 2010, não ficaram claras. Marlene dizia que a filha “não se acostumou lá”, o avô se teria mostrado “muito bravo”.<sup>4</sup> Depois de alguns meses de intervalo, uma outra filha de seu Márcio, Marluce, “mandou” para seu Márcio, de Manaus, seu filho, Ricardo, na época com 12 anos, afirmando que era “para ajudar o papai na casa, pra ele não ficar sozinho”. Para seu Márcio, as motivações da filha eram outras. Marluce havia encontrado um emprego como diarista e tinha a possibilidade de viver na casa de seus patrões, desde que fosse sem seu filho.

Se o fato de ter sido enviado pela sua mãe lhe causou sofrimento, Ricardo não deixava transparecer. “Foi bom que aqui eu entrei pra pastoral”, me disse em 2011, quando conversávamos sobre a sua saída da casa da mãe em Manaus. Ricardo permaneceu com o avô até completar o ensino médio, em 2015. Voltou então para Manaus na nova casa da mãe, que trabalhava agora como vendedora numa loja de roupas.

#### A CRIANÇA ENVIADA A PARENTES NA COMUNIDADE EM RAZÃO DE DIFICULDADES DA VIDA NA CIDADE

É provável que as duas razões evocadas para explicar o envio de Ricardo à casa do avô – para “ajudar o avô” ou então

---

<sup>4</sup> Circularam também naquele momento rumores sugerindo que o avô teria tentado abusar, ou de fato abusado, sexualmente da menina. Marlene, entretanto, sempre negou essa possibilidade.

para “resolver um problema da mãe” – não se excluam. Em todo caso, as dificuldades ligadas à vida na cidade representam de fato outro motivo que leva pais a se separarem de seus filhos, enviando-os a algum parente que mora “no interior”, pelo menos temporariamente. Um emprego que exige que os pais deixem os filhos com alguém durante o dia, ausência de parentes próximos ou dificuldades econômicas são algumas das circunstâncias que incitam os pais, ou uma mãe, a confiar filhos e filhas a seus pais ou a uma irmã que mora em uma comunidade. Cinco crianças encontravam-se nessa situação em Pinhel.

### Bianca e Larissa

Bianca e Larissa chegaram em Pinhel em abril de 2009 e foram com sua tia, Ana, meses mais tarde, para a cidade de Aveiro. Elas tinham 5 e 6 anos na época e sua mãe, Andrea, acabara de ser contratada como caixa de um supermercado em Manaus. Até aquele momento, Andrea, que vivia na capital há mais de dez anos, havia conseguido manter consigo suas filhas. Desde que o pai das meninas as deixara, em 2007, elas tinham precisado mudar-se várias vezes. Passaram por casas de parentes distantes, de patrões e a casa de uma amiga de Andrea, onde permaneceram finalmente mais tempo. Com o novo trabalho, manter suas filhas com ela tinha se tornado mais difícil.

Andrea confiou-as então à sua irmã, Ana (33 anos), que morava em Pinhel. A mãe de Ana e Andrea, dona Lívia, também morava em Pinhel, porém a relação das irmãs com o padrasto era complicada, o que explica, na percepção de Ana, por que a irmã pediu a ela, e não a dona Lívia, que cuidasse das meninas: “Ele [o padrasto] não ia querer, porque ele já tem os netos dele com eles, e nada que vem de nós ele aceita.” Em 2010, Ana decidiu ir para Aveiro e levou as meninas com ela. Nessa cidade ela trabalhava como diarista e, para poder continuar com as meninas, Andrea teve que passar a mandar dinheiro todos os meses à sua irmã.

## CRIANÇAS RETIRADAS DOS CUIDADOS DA MÃE PELO PAI

Em Pinhel, dois pais haviam retirado seus filhos das mães das crianças, consideradas por aqueles homens como perigosas ou inexperientes. Um pai confiou então o cuidado de seus dois filhos ao seu pai (avô paterno das crianças), de forma temporária. O outro deu definitivamente o filho à sua mãe (avó paterna da criança).

### Bruno e Éric

Antes que Andrea mandasse Larissa e Bianca para Ana (caso descrito acima), dona Livia e seu marido, seu Raimundo, já haviam acolhido em sua casa, em 2008, Bruno e Éric. Os dois meninos, com idades, na época, de 6 e 7 anos, são filhos do filho de seu Raimundo, Welton, que vive em Manaus. Welton acabara de se separar da mãe das crianças e afirmava que ela era alcóolatra. Sem o consentimento desta, Welton levou as crianças para a casa de seu pai, na comunidade, para que ele cuidasse delas “o tempo de achar um trabalho ou uma mulher”.

### Rogério

Os pais de Rogério, Rivelino e Leiliane (32 e 26 anos em 2010), haviam deixado Pinhel ainda jovens, para estudar em Santarém. Nessa cidade começaram a namorar e passaram a morar juntos. Rogério, o primeiro filho do casal, nasceu em 2000 – Rivelino tinha então 22 anos e Leiliane, 16. Quando Rogério parou de mamar no peito, com 1 ano e meio, Rivelino decidiu dar o menino aos seus pais, dona Rosário e seu Jurandir, que moravam em Pinhel, contra a vontade de Leiliane. Rivelino explica essa decisão dizendo que Leiliane era jovem demais e muito “cabeça de vento”. Em 2003, Rivelino e Leiliane voltaram a viver em Pinhel, onde tiveram outros quatro filhos. Rogério continuou a viver com dona Rosário, em cuja casa o encontrei em 2010.

## A CRIANÇA COLOCADA EM UMA CASA PRÓXIMA À ESCOLA E A CRIANÇA ENVIADA A UMA FAMÍLIA MAIS RICA COMO AJUDANTE

Esses dois tipos de situação ocorriam sem dúvida com muito mais frequência na região no passado, já que as lembranças são comuns e muito vivas (como vemos na narrativa de dona Áurea, que será apresentada adiante). Em 2010, só encontrei um único caso de cada uma delas. A ampliação da oferta educacional nas comunidades, por um lado, e o aumento significativo do valor de repasse de programas sociais desde o governo Lula,<sup>5</sup> por outro, muito provavelmente contribuíram para a rarefação desse tipo de situação.

### Joseílton e Jaciara (aproximar os filhos da escola)

Em 2009, os pais de Joseílton e Jaciara decidiram instalar-se temporariamente nas proximidades de sua roça, a aproximadamente duas horas a pé do centro de Pinhel. Eles não deixaram completamente a comunidade, sua casa permanecia fechada durante sua ausência e eles voltavam às vezes em finais de semana e sempre que havia festas. Joseílton e Jaciara, respectivamente com 7 e 9 anos naquele momento, foram temporariamente confiados a uma tia materna durante o período escolar. O casal conservou consigo os irmãos mais novos que ainda não frequentavam a escola e um irmão mais velho (14 anos), que cursava o ensino médio em Cametá (e percorria um trajeto cotidiano de uma hora para chegar até lá). Leonilda, a tia que acolheu Joseílton e Jaciara, vivia com sua neta e filha de criação (Leandra, 6 anos). A menina lhe tinha sido dada por sua filha, quando esta se casara e deixara a casa materna.

---

<sup>5</sup> Se o valor do repasse do Bolsa Família, em 2010, variava entre R\$ 77,00 e R\$ 252,00 por família (em função da renda e do número de filhos), no final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), o teto, para cada família, do auxílio equivalente era de R\$ 45,00.



Vanessa (enviar uma filha para servir uma família “que tem mais condições”)

Os pais de Vanessa, Pedro e Tânia (43 e 44 anos respectivamente) não possuíam terra para cultivar. Nenhum dos dois tinha nascido em Pinhel e eles eram considerados por muitas outras famílias como “bem pobrezinhos mesmo”. Pedro trabalhava principalmente para dona Áurea e seu Joselito, e foi para esse casal que enviaram Vanessa, no início de 2010 (num arranjo, a princípio, temporário). A menina tinha então 10 anos. Na casa de dona Áurea e seu Joselito, Vanessa cuidava de dois netos que esse casal criava e desempenhava diversas tarefas domésticas, sob as ordens sempre ríspidas de dona Áurea.

Suzanne Lallemand (1993, p. 37) sugere confrontar o fenômeno da circulação de crianças com aquele da “circulação de mulheres” e “examinar as diversas formas de relação possíveis entre casamentos e transferência de crianças”. Dentre essas relações, a autora sugere que o dom de uma criança pode “substituir” uma aliança por casamento (Lallemand, 1993, p. 160), ou seja, se dá uma criança a uma família com quem se gostaria de estabelecer uma aliança via matrimônio dos filhos. Não há dúvidas de que Pedro gostaria de ver uma de suas filhas casar-se com um homem oriundo de uma família como aquela de seu Joselito e dona Áurea. Colocar uma de suas filhas à disposição desse casal foi também uma maneira de estabelecer ou reforçar a “aliança” com eles, ou, em todo caso, de prestar-lhes um serviço que lhe permitisse esperar contrapartidas, sem que essas fossem explicitamente solicitadas.

## O QUE MUDOU COM O PASSAR DOS ANOS

Enfim, além dos casos diretamente observados, outras situações me foram relatadas como lembranças. Dentre elas, uma situação é extremamente presente: aquela de crianças e jo-

vens (principalmente meninas, com idades entre 10 e 17 anos) confiadas a casais que viviam na cidade (ou em comunidades maiores). São as “crias” que bem descreve Motta-Maués (2004; Motta-Maués; Igreja; Dantas, 2009), trabalhando na região metropolitana de Belém. Se não ouvi esse termo específico (“cria”) entre meus interlocutores no Baixo Tapajós, a situação é a mesma (aliás, em diversas partes do mundo<sup>6</sup>): a menina faz as vezes de doméstica e de babá para a família que a recebe e, em troca, frequenta a escola,<sup>7</sup> aprende a viver na cidade e a trabalhar “em casa de família”. Além disso, alguns presentes podem ser enviados da família urbana à família “do interior”. No Tapajós também ouvi relatos de meninos enviados em condições similares: eles ajudavam o(s) homem(ns) da casa onde ficavam, em um comércio, com o trabalho na construção civil, ou num barco de linha. Dona Áurea foi uma dessas meninas enviadas a casais “com mais condições”, como dizia sua mãe. A sua história de vida é cheia de circulações: quando menina, Áurea foi dada três vezes em arranjos desse tipo e, adulta e casada, acolheu, em diferentes momentos e circunstâncias, cinco crianças em sua casa.

A CIRCULAÇÃO DE DONA ÁUREA: “COM 10 ANOS COMECEI, MANA, SÓ TRABALHANDO NA CASA DOS OUTROS...”

Dona Áurea tinha 68 anos quando a conheci, em 2010. Professora primária aposentada, com seu marido, seu Joselito (aposentado também), formavam um casal muito influente em Pinhel. Seu Joselito era catequista e também o cacique dos moradores que haviam aderido ao movimento indígena. Uma de suas

---

<sup>6</sup> Ver Jacquemin (2009) para o Mali e Hoffman (2012) para o Haiti.

<sup>7</sup> Vale lembrar que o ensino fundamental II passa a ser ofertado somente a partir de 1982 em Parauá, e a partir de 1997 em Cametá (comunidade a 40 minutos de caminhada de Pinhel). E o ensino médio chega em 2000 em Parauá e 2003 em Cametá. Antes disso, ir para a cidade para continuar a estudar além do fundamental I era a única opção.

filhas era a presidente da comunidade. Além da aposentadoria de cada um, os dois tinham uma roça e 22 cabeças de gado. A infância de dona Áurea, porém, não tinha sido fácil. Sua mãe, dona Francisca, nunca se casou; teve sete filhos, três dos quais faleceram ainda na infância. Dona Áurea era a segunda filha e contou que, a partir dos 10 anos começou a “tá andando de casa em casa”. Primeiro ela foi enviada para uma prima mais velha que tinha, com o marido, uma venda em uma comunidade perto de Itaituba: “Ela [a prima] me pediu da mamãe, pra eu reparar o bebê deles e fazer as coisas de casa.” Além da quantidade de trabalho, que lhe parecia excessiva, dona Áurea guarda más lembranças desse tempo, já que a prima se mostrou severa: “Quando eu não sabia fazer alguma coisa, precisava ver, manazinha, como ela me puxava pelas orelhas.” Além disso, dona Áurea sonhava estudar, mas naquela comunidade, assim como em Pinhel, não havia escola. No final do ano, dona Francisca foi buscar sua filha de volta.

Mas Áurea não passou muito tempo em Pinhel. Quando ela tinha 12 anos, uma “senhora de família” de Santarém veio até a comunidade procurar mocinhas para trabalhar para ela: “E lá foi a mamãe me dar de novo...”, conta dona Áurea, rindo. Ela permaneceu pouco mais de um ano na casa dessa senhora, seu marido e seus nove filhos, em Santarém. Mais tarde, uma outra família pediu a menina à sua mãe: um casal de comerciantes que já haviam morado em Pinhel e eram próximos de dona Francisca. Esta decidiu então confiar a eles sua filha. Na casa desses comerciantes em Santarém, Áurea permaneceu cinco anos e terminou o ensino fundamental. Durante as férias, a dona da casa permitia que Áurea passasse alguns dias em Pinhel: “A mulher deixava eu vir todo ano passar dez dias com minha mãe, me dava o transporte, tudinho.” Nesses momentos, Áurea se aproximou de Joselito. Com 18 anos, dona Francisca pediu que Áurea voltasse (“eu já tinha terminado o 4º ano, né? A mamãe disse que não tinha mais por que eu ficar na cidade”). Alguns meses depois, Áurea casou-se com Joselito.

AS CRIANÇAS ACOLHIDAS POR DONA ÁUREA: MARCELO, ELIANE,  
JOHN, CAUÁ E VANESSA

O primeiro filho de dona Áurea e seu Joselito é um filho de criação. Não fazia ainda um ano que eles estavam casados, quando um tio de Áurea faleceu e sua esposa, alguns meses depois, morreu no parto, deixando três órfãos. Dona Áurea e seu Joselito acolheram, então, um deles, Marcelo, com 3 anos na época. Aos 14 anos Marcelo deixou a casa de dona Áurea e seu Joselito e “foi pro garimpo”, nas proximidades da cidade de Itaituba. Ficou então mais de dez anos sem dar notícias. Aos 24 anos, voltou acompanhado de Cíntia, jovem de 15 anos, grávida dele. Marcelo e Cíntia ficaram com dona Áurea e seu Joselito até a criança, Eliane, nascer. Marcelo voltou então para o garimpo e Cíntia para Itaituba, mas não quis levar a bebê, que ficou com dona Áurea e seu Joselito. Dona Áurea lembra que quem se ocupou da menina foram sobretudo as filhas do casal, na época, com 8 e 11 anos: “Elas cuidavam dela [da bebê], parecia uma boneca. Criaram. Criamos ela.” Eliane, como os outros filhos de dona Áurea e seu Joselito, frequentou a escola primária em Pinhel, completou o ensino fundamental em Cametá e, no início dos anos 2000, foi enviada a uma prima de dona Áurea em Aveiro para poder frequentar o ensino médio. Naquela cidade, entretanto, Eliane não terminou seus estudos, pois engravidou. “Cabeçuda. Queria tanto que ela tivesse terminado o médio, feito alguma coisa de melhor, né? Aí nada, ela parou de estudar”, reclama dona Áurea. Eliane retornou, então, para a casa dos pais de criação, e John, seu bebê, nasceu em 2006. Naquele mesmo ano, uma das filhas de dona Áurea que cuidara muito de Eliane, Cida, pediu que a jovem mãe (Eliane) viesse para Manaus para cuidar de seus filhos. Cida havia encontrado um trabalho como professora primária em uma escola particular e não tinha com quem deixar os filhos durante o dia. Eliane foi então para Manaus levando consigo John, que tinha 4 meses na época. Menos de dois anos mais tarde, Cida separou-se, ficou desempregada e

Eliane encontrou um trabalho. Cida voltou então para Pinhel deixando seus filhos (com 11 e 13 anos naquele momento) com seu ex-marido em Manaus. E trouxe com ela, a pedido de Eliane, John, então com 2 anos e meio de idade.

Quando perguntei como tinha sido essa chegada de John, se ele tinha chorado ou demonstrado muita saudade da mãe, dona Áurea me respondeu que não: “Nada, maninha, mas Deus o livre, de jeito nenhum. [E depois de alguns segundos de silêncio] Criança, Chantal, é o mesmo que um bichinho, se a gente criar com carinho, não estranha. Não estranha, não.” Desde então, John vive com dona Áurea e seu Joselito. Em janeiro de 2011, dona Áurea e seu Joselito planejavam uma viagem a Manaus, levando John com eles, para visitar seus filhos que ali moravam. Num tom de brincadeira, ela provocava o menino (que na época estava com 5 anos de idade): “De lá, tu fica com tua mãe?” John fez que não com a cabeça e dona Áurea emendou: “Mas olha, rapaz, diz que ele não fica! [risos].”

Fora essa história que liga três gerações sucessivas de filhos deixados aos cuidados de dona Áurea e de seu marido, desde 2008 vive com eles um de seus netos, Cauã, que lhes foi dado (definitivamente) por Fabiana. Como no conjunto das histórias reunidas no primeiro tipo de situação descrito acima (“a criança deixada com os avós”), Fabiana teve Cauã antes de casar, quando ainda morava com seus pais. Quando se instalou com seu companheiro, ela primeiro tentou levar seu filho. Vendo, no entanto, que o menino e o marido não se davam bem, decidi então dar Cauã, com 4 anos na época, para seus pais. Mas Fabiana e seu marido moram na frente da casa de dona Áurea e seu Joselito, e Cauã estava sempre indo e vindo entre as duas casas. O menino aproveitava essa proximidade física entre as casas, aliás, para driblar as ordens de uma ou outra mãe.

Vanessa, enfim, é a quinta criança que foi dada a dona Áurea e seu Joselito, num arranjo bem diferente das outras quatro. Vanessa era claramente considerada como uma criada

e o tom com que dona Áurea dirigia-se à menina não deixava de lembrar aquele utilizado por sua prima, a quem, nos idos de 1970, dona Áurea havia sido entregue, ela também com 10 anos de idade naquela época...

## CONCLUSÃO: O QUE AS CRIANÇAS APRENDEM CIRCULANDO ENTRE LARES NO TAPAJÓS

Essas trajetórias de crianças confiadas a terceiros se inserem em histórias longas, muitas vezes com ares de saga familiar, e fornecem muitas informações sobre o modo de vida no Tapajós. Para permanecer fiel à problemática geral deste trabalho, analisarei essas circulações infantis e seus ecos (narrativas sobre circulações, cessões conjecturadas mas não concluídas, etc.), pelo prisma das aprendizagens que elas favorecem. Essas aprendizagens concernem tanto àqueles que passaram diretamente pela experiência de ser “dado” quanto às tantas outras crianças que presenciam e ouvem falar de um irmão, uma irmã, ou primos que foram dados ou mandados viver em outra casa.

## EXPERIÊNCIA DA HIERARQUIA

De acordo com relatos que recolhi e com o que pude observar diretamente, não se pode dizer que as crianças sejam sujeitos ativos das decisões sobre sua cessão, seja ela temporária ou definitiva. Quando dona Isolina ou dona Áurea perguntam a seus netos, acolhidos por elas após a partida de suas mães, se eles desejam ou não voltar a morar com suas mães, trata-se na verdade de uma pergunta retórica, que os põe frente a decisões já tomadas pelos adultos e estimula a sua aceitação. Embora a decisão de transferir definitivamente a guarda de uma criança ou enviá-la temporariamente para viver na casa de outra família tenha, evidentemente, uma incidência direta sobre a vida delas, as crianças não são consultadas, mesmo as mais velhas, e as negociações se passam somente entre adultos.

As crianças, no entanto, não deixam de utilizar como podem as margens de ação que têm, seja durante o processo de separação ou depois, durante a vida em comum com aqueles que as acolhem. Assim, Kleber conseguiu ir ver Késia algumas vezes e Cauã aproveitava a proximidade entre as casas das suas duas mães para esquivar-se de uma ou de outra quando era conveniente. Me parece que a circulação de crianças, tal como acontece no Tapajós, contribui para que as elas interiorizem a hierarquia prevalente nas relações intergeracionais. Essa hierarquia põe as crianças numa posição claramente subordinada à dos adultos, o que não significa que elas sejam passivas e que não distendam o máximo possível os limites que lhes são colocados.

#### CONTROLE EMOCIONAL

Vê-se igualmente nos casos descritos que a exteriorização dos sentimentos de dor ou de raiva não é bem tolerada. A história da separação entre Kleber e sua mãe Késia, que pude acompanhar de mais perto, é interessante nesse sentido. O primeiro episódio de choro do menino, acompanhado de seu pedido para ver a mãe, foi relativamente bem acolhido. Kleber foi levado até a nova casa de Késia e, ao voltar, foi consolado com afeição por seus avós e sua tia (“demos um negócio dum carinho pra ele, banhamos com água morna”). Mas, quando o menino repete a cena no dia seguinte, seu choro e o pedido de ir ver a mãe são reprimidos. Num tom rude, dona Isolina avisa que não tolerará mais essa atitude (“se é assim, eu não quero mais”). Ela associa esses comportamentos com uma demonstração de desprezo de Kleber em relação a ela (“tá me desprezando”) e lhe faz perguntas que funcionam mais como ameaças (“tu quer ir? Resolve, que nós vamos te levar lá”), lembrando, em tom irônico, que o padrasto provavelmente não lhe reservará o mesmo tratamento (“eu não sei se ele [o padrasto] vai cuidar bem dele, isso eu não sei...”). A maneira como age dona Isolina não deixa de lembrar aquela das mães que recorrem a castigos físicos (capítulo 1), ela

intervém de forma incisiva e rápida, antes que o comportamento indesejado (nesse caso, o choro provocado pela separação e os pedidos de Kleber para ver sua mãe) se instale.

Passados os primeiros dias, em todos os casos observados, a situação é abordada na presença da criança regularmente e com naturalidade, ou seja, sem qualquer sinal de constrangimento ou tom que indique que se trata de algo grave. Não há segredo, nem versão atenuada especialmente destinada à criança. Esses relatos e comentários expõem as crianças, de maneira repetitiva, a narrativas que tratam da separação como um fato corriqueiro, e contribuem para que elas também, na falta de outra possibilidade, acabem progressivamente por vê-la assim. O caso de Kleber permite ver que a experiência da separação não é necessariamente vivida de forma tão “tranquila” pela criança (Kleber chora diversas vezes, pede pra ver a mãe, volta triste de lá, etc.), mas esses percalços são minorados ou omitidos nas narrativas que se constroem a posteriori.

Não raro, a criança é também provocada, em tom de brincadeira mais ou menos séria: “De lá, tu fica com tua mãe?”, pergunta dona Áurea, rindo, a John. Dona Isolina faz praticamente a mesma pergunta a Kleber. O que se espera, claramente, é que a resposta da criança espelhe a escolha já realizada pelos adultos. Não se sabe se o “não” que John faz com a cabeça, ou a resposta similar de Kleber, refletem efetivamente o sentimento dos dois meninos, ou se eles simplesmente aprenderam que é isso o que devem dizer.<sup>8</sup> Em todo caso, seja através dessas perguntas, ou outras brincadeiras provocativas – como perguntar se Kleber não gostaria de ir para São Paulo comigo, e interpretar, entre gargalhadas, seu silêncio como um “sim” –, a criança aprende a produzir um discurso e um comportamento que indicam que ela aceitou e está gerindo tranquilamente e, se possível, com

---

<sup>8</sup> Goffman (1963) já nos descreveu as engrenagens da “teatralidade” da vida social, onde tantas vezes convém não expressar aquilo que sentimos, mas aquilo que é esperado de nós na posição que ocupamos, ou que desejamos ocupar, naquela relação.



humor, a separação de seus pais. Assim, com essas circulações, como com outras experiências que serão descritas ao longo deste trabalho, as crianças do Tapajós aprendem, se acostumam, que é de bom tom rir daquilo nos faz mal.